

100 QUESTÕES GABARITADAS DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1. São iguais os direitos previdenciários de trabalhadores
 - a. avulsos e autônomos.
 - b. com vínculo empregatício, exceto os domésticos e avulsos.
 - c. com vínculo empregatício, inclusive os domésticos e avulsos.
 - d. domésticos e segurados especiais.
 - e. autônomos e segurados especiais.
2. Durante o período de graça, o segurado
 - a. não pode recolher contribuição como facultativo.
 - b. só poderá trabalhar em atividades que não prejudiquem sua integridade física.
 - c. conserva o direito ao auxílio-doença.
 - d. perceberá o auxílio-reclusão, se tiver baixa renda.
 - e. não perceberá o seguro-desemprego.
3. Equiparam-se aos filhos de qualquer condição, mediante declaração escrita do segurado e prova de que sobrevivem às custas deste, na qualidade de dependentes,
 - a. a mãe e o pai inválido.
 - b. os irmãos não emancipados, inválidos, de qualquer condição.
 - c. a pessoa que com ele mantenha união estável e seus filhos menores.
 - d. os menores sob tutela.
 - e. as pessoas menores de 21 anos ou maiores de 60 anos, ou inválidas.
4. Constitui princípio aplicável especificamente à previdência social:
 - a. amparo às crianças e adolescentes carentes.
 - b. autonomia da vontade.
 - c. participação da iniciativa privada em caráter concorrente.
 - d. cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente.
 - e. acesso universal igualitário.
5. É exigível comprovação do período de carência para concessão de
 - a. aposentadoria por tempo de contribuição a segurado especial.
 - b. aposentadoria por invalidez a contribuinte individual acometido de AIDS.
 - c. salário-maternidade a empregada, exceto a doméstica.
 - d. pensão por morte ou auxílio-reclusão aos dependentes.
 - e. auxílio-acidente decorrente de incapacidade extralaborativa.
6. A aposentadoria por invalidez será cancelada,
 - a. após cinco anos, para o contribuinte individual que tiver direito a retornar à função que desempenhava na empresa no momento em que se aposentou.
 - b. imediatamente, se o segurado recusar tratamento cirúrgico gratuito.
 - c. após tantos anos quantos forem os anos de duração do auxílio-doença e da aposentadoria, quando o segurado for considerado reabilitado para o exercício do trabalho.
 - d. mesmo que o segurado esteja apto para o exercício de atividade diversa da que habitualmente exercia, desde que siga sendo paga pelo prazo de doze meses.
 - e. a partir da data do retorno voluntário ao trabalho, ainda que em atividade diversa daquela que o segurado exercia habitualmente.
7. Integram o salário-de-contribuição do empregado:
 - a. os ganhos habituais e os ganhos eventuais.
 - b. a totalidade dos abonos e diárias, bem como as cotas do salário-família.
 - c. o salário-maternidade, observado o limite máximo de contribuição.
 - d. a importância recebida a título de incentivo à demissão.
 - e. o valor relativo ao reembolso de despesas com creche.

8. A observância do princípio da equidade e da regra contrapartida no custeio exige que
- todas as prestações da assistência social sejam financiadas pelas contribuições sociais cobradas de trabalhadores e empregadores.
 - as empresas contribuam conforme o risco gerado pela atividade econômica e os valores arrecadados se destinem ao pagamento das prestações.
 - a cada um dos três setores da seguridade social corresponda plano de custeio específico.
 - ao incremento da arrecadação corresponda, automaticamente, a redução das contribuições.
 - a receita de contribuições seja destinada, com exclusividade, ao financiamento dos benefícios da previdência social.
9. Quanto ao tempo de serviço é correto afirmar que
- sua comprovação não pode ser feita, na via administrativa, quando relativa a período anterior à perda da qualidade de segurado.
 - é desnecessária sua comprovação pelo trabalhador autônomo, que pode simplesmente declarar e recolher as contribuições respectivas, independentemente de prova da atividade.
 - segundo a lei previdenciária, basta a prova exclusivamente testemunhal, desde que relativa a atividade rural assemelhada, esta quando prestada em regime de economia familiar.
 - pode apenas ser comprovado mediante anotações lançadas em Carteira de Trabalho e Previdência Social, quando relativo a atividades rurais prestadas após 5 de outubro de 1988.
 - a lei previdenciária admite comprovação, em casos excepcionais, independentemente de início de prova material, mesmo em relação a atividades urbanas.
10. A assistência social será devida
- ao pobre, mediante recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e ao portador de deficiência cuja subsistência não possa ser provida por si ou pelos respectivos familiares.
 - ao idoso que se encontra em período de graça no regime geral de previdência social.
 - aos dependentes do segurado de baixa renda quando não tiver sido cumprido o requisito de carência para o deferimento do auxílio-reclusão.
 - ao segurado quando deixa de perceber o seguro-desemprego.
 - ao executor do funeral do pobre, conforme deliberação a ser tomada, em cada caso, pelo Conselho Nacional de Assistência Social.
11. À luz da Seguridade Social definida na Constituição Federal, julgue os itens abaixo:
- I – Previdência Social, Saúde e Assistência Social são partes da Seguridade Social.
- II – A saúde exige contribuição prévia.
- III – A Previdência Social exige contribuição prévia.
- IV – A assistência social possui abrangência universal, sendo qualquer pessoa por ela amparada.
- Todos estão corretos.
 - Somente I está incorreto.
 - II e IV estão incorretos.
 - I e II estão incorretos.
 - III e IV estão incorretos.
12. Com relação aos objetivos constitucionais da Seguridade Social, assinale a opção correta.
- Universalidade da base de financiamento.
 - Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
 - Irredutibilidade do valor dos serviços.
 - Equidade na cobertura.
 - Diversidade do atendimento.
13. Assinale a opção correta entre as assertivas abaixo relacionadas à gestão da Seguridade Social, nos termos da Constituição Federal.
- A gestão da Seguridade Social ocorre de forma centralizada, monocrática, quadripartite.
 - A gestão da Seguridade Social ocorre de forma descentralizada, monocrática, quadripartite.
 - A gestão da Seguridade Social ocorre de forma centralizada, colegiada, quadripartite.
 - A gestão da Seguridade Social ocorre de forma descentralizada, colegiada, tripartite.
 - A gestão da Seguridade Social ocorre de forma descentralizada, colegiada, quadripartite.
14. Pedro, menor carente, de 12 anos, e Paulo, empresário bem-sucedido, de 21 anos, desejam participar de programas assistenciais (Assistência Social) e de saúde pública (Saúde). De acordo com a situação-problema apresentada acima, é correto afirmar que:
- Pedro e Paulo podem participar da Assistência Social.
 - só Pedro pode participar da Saúde.
 - Pedro só pode participar da Assistência Social.
 - Paulo pode participar da Assistência Social.
 - Pedro e Paulo podem participar da Saúde.
15. A respeito do financiamento da Seguridade Social, nos termos da Constituição Federal e da legislação de custeio previdenciária, assinale a opção correta.
- A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social não pode contratar com o poder público.
 - A lei não pode instituir outras fontes de custeio além das previstas na Constituição Federal.
 - Pode-se criar benefício previdenciário sem prévio custeio.
 - As contribuições sociais criadas podem ser exigidas no ano seguinte à publicação da lei.
 - São isentas de contribuição para a seguridade social todas as entidades beneficentes de utilidade pública federal.

16. A respeito da organização e princípios constitucionais da Seguridade Social, assinale a opção incorreta.
- As contribuições sociais da empresa podem ter alíquotas diferenciadas.
 - O orçamento da seguridade social dos entes federados descentralizados é distinto do orçamento da União.
 - Pode ser dada remissão para as contribuições sociais das empresas sobre a folha de salários.
 - A lei definirá critério de transferência de recursos para o sistema único de saúde.
 - Poderá haver contribuição social do trabalhador sobre o lucro e o faturamento.
17. A Saúde é direito de todos e dever do Estado; analise as assertivas abaixo, buscando a correta, nos termos da definição constitucional da Saúde.
- A manutenção dos índices do risco de doença e de outros agravos constituem garantia constitucional.
 - O acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação constitui garantia constitucional.
 - As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema múltiplo.
 - Atendimento integral, com prioridade para as atividades repressivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais, é característica da saúde.
 - O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da União, dos Estados e dos Municípios.
18. Com relação à forma com que as ações e serviços de saúde, em regra, são executados, assinale a opção incorreta em relação às instituições autorizadas a realizá-las:
- Instituições privadas.
 - Instituições públicas.
 - Instituições públicas municipais.
 - Empresas de capitais estrangeiros.
 - Instituições privadas locais.
19. Ao Sistema Único de Saúde (SUS) compete:
- executar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a proteção dos desfavorecidos.
 - ordenar a formação de recursos materiais na área de assistência.
 - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
 - proteção à maternidade, especialmente à gestante.
 - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.
20. À luz da competência constitucional da Previdência Social, julgue os itens abaixo que são de competência da Previdência Social:
- I – cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.
- II – salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda.
- III – pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.
- IV – a promoção da integração ao mercado de trabalho.
- Todos estão corretos.
 - Somente IV está incorreto.
 - I e II estão incorretos.
 - I e III estão incorretos.
 - III e IV estão incorretos.
21. Considerando a orientação dos Tribunais Superiores sobre a legislação previdenciária, assinale a assertiva incorreta.
- A definição, em ato regulamentar, de grau mínimo de disacusia, não exclui, por si só, a concessão do benefício previdenciário.
 - Não é inconstitucional a inclusão de sócios e administradores como contribuintes obrigatórios da Previdência Social.
 - Compete à Justiça Estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho.
 - Em caso de acidente de trabalho ou de transporte, a companheira tem direito a ser indenizada pela morte do amásio, se entre eles havia impedimento para o matrimônio.
 - A ação acidentária prescinde do exaurimento da via administrativa.
22. Não é segurado facultativo da Previdência Social:
- pessoa participante de regime próprio de previdência.
 - a dona de casa.
 - o síndico de condomínio, quando não remunerado.
 - aquele que deixou de ser segurado obrigatório da previdência social.
 - o bolsista que se dedique em tempo integral a pesquisa.
23. Nos termos da legislação previdenciária, assinale qual dos requisitos abaixo não é exigido da empresa para fins de isenção de contribuições.
- Ser reconhecida como de utilidade pública federal.
 - Ser reconhecida como de utilidade pública pelo respectivo Estado, Distrito Federal ou Município onde se encontre a sua sede.
 - Ser portadora do Registro e do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social fornecidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.
 - Não perceber seus diretores vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas pelo respectivo estatuto social.
 - Estar em situação irregular em relação às contribuições sociais.
24. Nos termos da legislação previdenciária, assinale a opção na qual não é exigido da empresa a prova da inexistência de débito.
- Na licitação.
 - Na contratação com o poder público.
 - No recebimento de benefícios ou incentivo fiscal ou crédito concedidos pelo poder público.

- d. Na alienação ou oneração, a qualquer título, de bem móvel de pequeno valor incorporado ao ativo permanente da empresa.
- e. Na alienação ou oneração, a qualquer título, de bem imóvel.
- 25.** A respeito do regime geral de previdência social e da classificação dos segurados obrigatórios, assinale a assertiva incorreta.
- Como empregado - aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não-eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
 - Como trabalhador avulso - quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural definidos em Regulamento.
 - Como contribuinte individual - o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.
 - Como empregado - o titular de firma individual urbana ou rural.
 - Como contribuinte individual - o diretor não-empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima.
- 26.** A respeito do conceito previdenciário de empresa ou de empregador doméstico, assinale a assertiva incorreta.
- Empresa - a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos, bem como os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional.
 - Empregador doméstico - a pessoa ou família que admite a seu serviço, sem finalidade lucrativa, empregado doméstico.
 - Equipara-se à empresa, para os efeitos da Lei 8.213/91, o contribuinte individual em relação a segurado que lhe presta serviço.
 - Equipara-se à empresa, para os efeitos da Lei 8.213/91, a cooperativa.
 - Equipara-se à empresa, para os efeitos da Lei 8.213/91, a associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade.
- 27.** Não constitui receita das contribuições sociais:
- as das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço.
 - as dos empregadores domésticos, incidentes sobre o salário-de-contribuição dos empregados domésticos a seu serviço.
 - as provenientes da União.
 - as das empresas, incidentes sobre o faturamento e o lucro.
 - as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.
- 28.** A respeito dos períodos de carência, assinale qual dos benefícios abaixo necessita de período de carência:
- Pensão por morte.
 - Auxílio-reclusão.
 - Salário-família.
 - Auxílio-acidente.
 - Auxílio-doença.
- 29.** Com relação às espécies de prestações e aos beneficiários correspondentes, assinale a opção incorreta.
- Aposentadoria por invalidez - segurado.
 - Pensão por morte - dependente.
 - Salário-família - segurado.
 - Auxílio-acidente - dependente.
 - Auxílio-doença - segurado.
- 30.** Com relação às espécies de prestações e aos períodos de carência correspondentes, assinale a opção incorreta.
- Aposentadoria por invalidez oriunda de doença profissional - doze contribuições.
 - Auxílio-doença - doze contribuições.
 - Salário-família - zero contribuições.
 - Auxílio-funeral - zero contribuições.
 - Pensão por morte - zero contribuições.
- 31.** Com relação ao auxílio-doença e suas características, assinale a opção incorreta.
- Benefício continuado.
 - Devido ao segurado.
 - Extinção do benefício pela recuperação da capacidade para o trabalho.
 - Possui prazo de carência, em regra.
 - Incapacitação permanente para o trabalho.
- 32.** Com relação ao auxílio-acidente e suas características, assinale a opção incorreta.
- Benefício instantâneo.
 - Devido ao segurado.
 - Caráter indenizatório.
 - Vinculado a sequelas consolidadas.
 - Extinção do benefício pelo óbito do segurado.
- 33.** Com relação à aposentadoria por invalidez e suas características, assinale a opção incorreta.
- Benefício de renda mensal.
 - Exige, em regra, carência.
 - Extinção do benefício com o retorno voluntário à atividade.
 - Pode ser acumulado com auxílio-doença.
 - Alíquota de 100% do salário-de-benefício.
- 34.** Com relação à reabilitação profissional e suas características, assinale a opção incorreta.
- Desenvolve capacidades residuais das pessoas incapacitadas.
 - É um benefício temporário.
 - Busca integração no mercado de trabalho.
 - Exige trabalho integrado de profissionais de diferentes áreas.
 - Permite readaptação profissional.

- 35.** A respeito da manutenção e perda da qualidade de segurado, assinale a opção incorreta.
- Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições sem limite de prazo para quem está em gozo de benefício.
 - Mantém a qualidade de segurado, até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social.
 - Mantém a qualidade de segurado, até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que estiver licenciado sem remuneração.
 - Mantém a qualidade de segurado, até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que estiver suspenso.
 - Mantém a qualidade de segurado, até 12 (doze) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória.
- 36.** Constituem parcelas integrantes do salário de contribuição, exceto:
- o salário-maternidade.
 - gratificação natalina para todos os fins.
 - a remuneração paga.
 - o salário-base para o contribuinte individual.
 - a remuneração registrada na Carteira de Trabalho para o empregado doméstico.
- 37.** Nos termos do Regulamento da Previdência Social, Decreto-lei 3.048/99, são obrigações acessórias da relação tributária previdenciária, exceto:
- preparar folha de pagamento da remuneração paga, devida ou creditada a todos os segurados a seu serviço, devendo manter, em cada estabelecimento, uma via da respectiva folha e recibos de pagamentos.
 - lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições, o montante das quantias descontadas, as contribuições da empresa e os totais recolhidos.
 - prestar ao Instituto Nacional do Seguro Social e à Secretaria da Receita Federal todas as informações cadastrais, financeiras e contábeis de interesse dos mesmos, na forma por eles estabelecida, bem como os esclarecimentos necessários à fiscalização.
 - encaminhar ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre seus empregados, até o dia dez de cada mês, cópia da Guia da Previdência Social relativamente à competência anterior.
 - pagar todas contribuições sociais devidas no período de apuração, juntamente com as multas decorrentes do atraso no pagamento.
- 38.** Nos termos do Regulamento da Previdência Social, analise as assertivas a respeito da responsabilidade solidária da contribuição social, assinalando a correta.
- A empresa contratante de serviços executados mediante cessão ou empreitada de mão-de-obra deverá reter onze por cento do valor bruto da nota fiscal, fatura ou recibo de prestação de serviços e recolher a importância retida em nome da empresa contratada.
 - O proprietário, o incorporador definido na Lei n. 4.591, de 1964, o dono da obra ou condômino da unidade imobiliária, cuja contratação da construção, reforma ou acréscimo não envolva cessão de mão de obra, não são solidários com o construtor.
 - Considera-se construtor, para os efeitos do Regulamento da Previdência Social, a pessoa física ou jurídica que executa obra sob sua responsabilidade, no todo ou em parte.
 - Exclui-se da responsabilidade solidária perante a seguridade social o adquirente de prédio ou unidade imobiliária que realize a operação com empresa de comercialização.
 - As empresas que integram grupo econômico de qualquer natureza respondem entre si, solidariamente, pelas obrigações decorrentes do disposto no Regulamento da Previdência Social.
- 39.** Nos termos do Regulamento da Previdência Social, assinale a assertiva correta a respeito da notificação fiscal de lançamento de débito.
- Constatada a falta de recolhimento de qualquer contribuição ou outra importância devida nos termos desse Regulamento, a fiscalização lavrará notificação fiscal de lançamento, após a segunda advertência ao contribuinte faltoso.
 - A notificação fiscal de lançamento deverá discriminar com clareza e precisão os fatos geradores, as contribuições devidas e os períodos a que se referem.
 - Não haverá notificação fiscal de lançamento em caso de falta de pagamento de benefício reembolsado.
 - Recebida a notificação, a empresa, o empregador doméstico ou o segurado terão o prazo de dez dias para efetuar o pagamento ou apresentar defesa.
 - O crédito não pago, mesmo que questionado na via administrativa, será inscrito em Dívida Ativa.
- 40.** Nos termos do Regulamento da Previdência Social, assinale a assertiva incorreta a respeito do parcelamento de contribuições e demais importâncias devidas à seguridade social.
- Caso o segurado contribuinte individual manifeste interesse em recolher contribuições relativas a período anterior à sua inscrição, a retroação da data do início das contribuições será autorizada, podendo ser parcelado o pagamento.
 - As contribuições sociais objeto de parcelamento ficam sujeitas, entre outros acréscimos, a juros de mora, de caráter irrelevável, incidentes sobre o valor atualizado.

- c. Poderão ser objeto de parcelamento as contribuições descontadas do segurado empregado.
- d. A empresa ou segurado que tenha sido condenado criminalmente por sentença transitada em julgado, por obter vantagem ilícita em prejuízo da seguridade social ou de suas entidades, não poderá obter parcelamento de seus débitos.
- e. O deferimento do parcelamento pelo Instituto Nacional do Seguro Social fica condicionado ao pagamento da primeira parcela.
41. (FGV / TCM-RJ / Procurador / 2008) O princípio da equidade na participação do custeio da seguridade social se expressa, entre outros, pelas alíquotas de contribuição diferentes para as empresas e para os trabalhadores.
42. (CESPE / INSS / Analista do Seguro Social / 2008) A importância da proteção social justifica a ampla diversidade da base de financiamento da seguridade social. Com o objetivo de expandir ou de garantir a seguridade social, poderá ser instituída outras fontes de financiamento, de acordo com o texto constitucional.
43. (TRT / 6ª Região (PE) / Juiz / 2010) Uma pessoa aposentada pelo Regime Geral da Previdência Social, ao voltar a exercer atividade abrangida por este regime, é segurado obrigatório em relação a essa atividade.
44. (TRT / 23ª Região / Juiz / 2008) Por lei complementar poderão ser instituídas outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social.
45. (TRT / 6ª Região (PE) / Juiz / 2010) Os militares vinculam-se obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social, independentemente de estarem vinculados a regime próprio de previdência.
46. (TRF / 1ª Região / Juiz Federal / 2009) Com base no princípio constitucional da solidariedade, o legislador poderá garantir prioridade a determinadas prestações a serem garantidas ao beneficiário do sistema de seguridade social.
47. (TRF / 1ª Região / Juiz Federal / 2009) O regime da solidariedade social é garantido pela cobrança compulsória de contribuições sociais, exigidas apenas de indivíduos segurados, bem como de pessoas jurídicas.
48. (TRF / 1ª Região / Juiz Federal / 2009) Ressalvadas as situações excepcionais de força maior devidamente comprovadas, nenhum benefício ou serviço pode ser instituído, majorado ou estendido a categorias de segurados sem correspondente fonte de custeio.
49. (TRT / 5ª Região / Juiz do Trabalho / 2006) Não ofende os princípios da seguridade social a possibilidade de se criar um sistema de inclusão previdenciária com alíquotas e carências inferiores às vigentes.
50. (PGE / Amapá / Procurador do Estado / 2006) A solidariedade constitui importante princípio da previdência social, na medida em que representa um dos aspectos mais característicos do sistema de proteção coletiva. Como exemplo de sua aplicação, observa-se a possibilidade de uma pessoa, em seu primeiro dia de trabalho, aposentar-se por invalidez caso venha a ser vítima de um acidente de trabalho.
51. (Município de Natal / Procurador / 2008) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência, à assistência social, sendo certo que o acesso a tais direitos ocorre mediante contribuição do beneficiário.
52. (TRT / 6ª Região (PE) / Juiz / 2010) A concessão do salário-família e a do auxílio reclusão para os dependentes dos segurados que recebam remuneração até o teto de contribuição do Instituto Nacional do Seguro Social estão entre algumas das situações cobertas pela previdência social.
53. (PGE / ES / Procurador / 2008) A administração da seguridade social possui caráter democrático mediante gestão quadripartite, com a participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados.
54. (AFRFB / 2009) À luz da Organização da Seguridade Social definida na Constituição Federal, a Saúde possui abrangência universal, sendo qualquer pessoa por ela amparada.
55. (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO) Assinalar a alternativa correta: A incapacidade laboral proveniente de doença de que o segurado já era portador quando se filiou à Previdência:
- Não enseja direito a auxílio-doença ou a aposentadoria por invalidez em nenhuma hipótese.
 - Somente enseja direito a auxílio-doença ou a aposentadoria por invalidez, se o segurado comunicou à Previdência a existência da enfermidade quando da filiação.
 - Enseja direito a auxílio-doença, mas não a aposentadoria por invalidez.
 - Enseja direito a auxílio-doença ou a aposentadoria por invalidez, se a incapacidade for posterior à filiação, resultando do agravamento ou progressão da doença.
56. (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO) Assinalar a alternativa correta: Quanto ao benefício de pensão por morte no atual regime (Lei 8.213/91):
- Independente de carência.
 - No caso de destinação aos dependentes, para o reconhecimento do direito, é irrelevante o fato de de *cujus* não deter a qualidade de segurado à época do óbito.

- c. O fato de o dependente já perceber benefício de aposentadoria por tempo de serviço ou invalidez obsta o direito à pensão.
- d. Havendo mais de um pensionista, a parte daquele cujo direito à pensão cessar não reverte em favor dos demais pensionistas.

57. (TRF / 5ª REGIÃO / JUIZ) É exigível comprovação do período de carência para concessão de:

- a. Pensão por morte ou auxílio-reclusão aos dependentes.
- b. Auxílio-acidente decorrente de incapacidade extra laborativa.
- c. Aposentadoria por tempo de contribuição a segurado especial.
- d. Aposentadoria por invalidez a contribuinte individual acometido de AIDS.
- e. Salário-maternidade a empregada, exceto a doméstica.

58. (JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO) Assinale a alternativa correta:

- a. Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes junto à Previdência Social.
- b. A doença degenerativa é considerada doença do trabalho.
- c. É permitido o recebimento conjunto de auxílio-doença e aposentadoria por tempo de contribuição.
- d. A perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão das aposentadorias por tempo de contribuição e especial.
- e. O filho não emancipado, de qualquer condição, ao completar 18 anos perde a qualidade de dependente, salvo se for inválido.

59. (MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO) Considere as seguintes proposições:

- I – São princípios que regem a Previdência Social, dentre outros, a universalidade de participação nos planos previdenciários e a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.
- II – Independem de carência as seguintes prestações, dentre outras: pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente.
- III – Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício.

Quais estão corretas?

- a. Todas estão corretas.
- b. Apenas duas proposições estão corretas.
- c. Apenas uma proposição está correta.
- d. Todas as proposições estão erradas.

60. (MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO) Considere as seguintes proposições:

- I – Se o pai e mãe forem segurados empregados ou avulsos, cada qual terá direito ao salário-família.

- II – A lei considera acidente do trabalho também as doenças profissionais, que são as causadas por agentes físicos, químicos ou biológicos inerentes a certas funções ou atividades, e a doença do trabalho, que é a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relaciona diretamente, desde que constante da relação mencionada no Anexo II do Decreto 3.048/99.

- III – Nos termos da legislação vigente, cabe à empresa pagar o salário-maternidade devido à respectiva empregada gestante, efetivando-se a compensação quando do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço.

Assinale a alternativa correta:

- a. Todas as proposições estão corretas.
- b. Apenas I e II estão corretas.
- c. Apenas II e III estão corretas.
- d. Apenas I está correta.
- e. Apenas I e III estão corretas.

61. (JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO / 2004) Analisando as proposições abaixo:

- I – para a concessão da aposentadoria especial, o segurado dependerá de comprovação, perante o INSS, do tempo de trabalho permanente ou intermitente, exercido em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física;
- II – a aposentadoria especial, por motivo de condições de trabalho que prejudiquem a saúde ou a integridade física, é concedida ao contribuinte individual somente quando cooperado, filiado a cooperativa de trabalho ou de produção, que tenha laborado pelo prazo mínimo definido em lei;
- III – o salário-família não é devido ao segurado empregado doméstico e ao trabalhador avulso;
- IV – o salário-família será pago mensalmente ao trabalhador rural aposentado por idade aos 60 (sessenta) anos, se do sexo masculino, ou 55 (cinquenta e cinco) anos, se do sexo feminino, pelo INSS, juntamente com a aposentadoria.

Assinale:

- a. Apenas II e IV estão corretas.
- b. Apenas I, II e III estão corretas.
- c. Apenas II, III e IV estão corretas.
- d. Apenas I e IV estão corretas.
- e. Apenas I e III estão corretas.

62. (JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO / 2004) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a. É de 10 (dez) anos o prazo de decadência para a Seguridade Social apurar e constituir seus créditos.
- b. Mesmo após o advento da Emenda Constitucional n. 41/03, é vedada a incidência de contribuição social sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social.

- c. Nos termos da Lei n. 8.213/91, classificam-se como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social: o empregado, o empregado doméstico, o contribuinte individual, o trabalhador avulso e o segurado especial.
- d. São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
- e. O salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa consistirá numa renda mensal igual a sua remuneração integral, sendo que tal benefício não poderá exceder o valor do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- 63.** (TRT / 23ª REGIÃO - Juiz do Trabalho Substituto / 2008) Analise as assertivas abaixo e marque a alternativa CORRETA:
- I – É de dez anos o prazo de decadência para o lançamento das contribuições sociais devidas à Previdência Social.
- II – Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- III – Deve ser instituída por meio de lei complementar a contribuição social que tenha por base de cálculo os valores pagos a trabalhadores autônomos.
- a. Apenas o item I é verdadeiro.
- b. Apenas o item II é verdadeiro.
- c. Apenas o item III é verdadeiro.
- d. Todos os itens são falsos.
- e. Todos os itens são verdadeiros.
- 64.** (TRF / 5ª REGIÃO / JUIZ) Constitui princípio aplicável especificamente à previdência social:
- a. Acesso universal igualitário.
- b. Amparo às crianças e adolescentes carentes.
- c. Autonomia da vontade.
- d. Participação da iniciativa privada em caráter concorrente.
- e. Cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente.
- 65.** (PROCURADOR/INSS) Se Tício, aposentado pela previdência social a partir de 5 de julho de 1999, passou a perceber proventos de R\$ 400,00, terá direito à gratificação natalina paga pelo INSS, a qual, mantendo-se inalterados os proventos, equivalerá, em dezembro do mesmo ano, a R\$ 200,00.
- 66.** (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO) É correto afirmar, à luz das disposições constitucionais que cuidam da previdência social, que:
- a. Todos os salários-de-contribuição considerados para o cálculo dos benefícios serão devidamente atualizados, na forma da lei.
- b. A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor da mediada proventos percebidos durante o ano, atualizados na forma da lei.
- c. O participante de regime próprio de previdência social poderá filiar-se, na qualidade de segurado facultativo, ao Regime Geral de Previdência Social.
- d. O reajustamento dos benefícios, para preservá-los, em caráter permanente, o valor real, não poderá determinar diminuição quanto ao número de salários mínimos a que correspondiam as respectivas rendas mensais iniciais.
- 67.** (FISCAL / INSS) Podem assumir a condição de segurados facultativos: a dona-de-casa, o estudante menor de quatorze anos, o síndico de condomínio, o bolsista e o estagiário assim definidos em lei, além do presidiário que não exerce atividade remunerada.
- 68.** (FISCAL / INSS) Na condição de segurado facultativo, poderão inscrever-se o brasileiro que acompanha cônjuge que presta serviços no exterior e aquele que perdeu a condição de segurado obrigatório em face do desemprego.
- 69.** (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO) A perda da qualidade de segurado não prejudica o direito à aposentadoria para cuja concessão tenham sido preenchidos todos os requisitos, segundo a legislação em vigor à época em que tais requisitos foram atendidos.
- 70.** (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO) A empregada doméstica poderá filiar-se, como segurada facultativa, ao Regime Geral de Previdência Social.
- 71.** (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO) Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas.
- 72.** (JUIZ SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) O garimpeiro é considerado segurado especial para recebimento de benefícios previdenciários.
- 73.** (FISCAL/INSS) O segurado que deixar de exercer atividade abrangida pela previdência social conserva essa qualidade, independentemente de contribuição, com todos os direitos previdenciários, até doze meses após a cessação das contribuições que vinha realizando como segurado obrigatório. Mas, se ele já havia pago mais de cento e vinte contribuições para a previdência social, este prazo de doze meses fica aumentado para vinte e quatro meses.
- 74.** (PROCURADOR/INSS) Considere a seguinte situação hipotética: Silvio divorciou-se de Celina. No acordo de separação, cujas condições foram ratificadas por ocasião da conversão da separação judicial em divórcio, houve a dispensa recíproca do pagamento de alimentos, já que ambos dispunham de rendimentos próprios. Silvio constituiu, então, união estável com Cida, vindo a falecer após vários anos de vida em comum com

esta companheira. Cida e Celina, cada qual individualmente, requereram, então, pensão por morte junto ao INSS. Nessa situação, considerando que, em nenhum dos seus relacionamentos, Silvio teve filhos, o órgão previdenciário deve conceder a totalidade do benefício a Cida.

- 75.** Equiparam-se aos filhos de qualquer condição, mediante declaração escrita do segurado e prova de que sobrevivem às custas deste, na qualidade de dependentes:
- a. A mãe e o pai inválido.
 - b. Os irmãos não-emancipados, inválidos, de qualquer condição.
 - c. A pessoa que com ele mantenha união estável e seus filhos menores.
 - d. Os menores sob tutela.
 - e. As pessoas menores de vinte e um anos ou maiores de sessenta anos, ou inválidas.
- 76.** (JUIZ SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) O divórcio não acarreta a perda da qualidade de dependente para o cônjuge, se fixada a prestação de alimentos.
- 77.** (JUIZ SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) O benefício é pago à filha solteira menor de vinte e um anos, que continuará a recebê-lo após a maioridade, cessando com o casamento ou união estável.
- 78.** (JUIZ SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) O aposentado do regime que se torna viúvo não recebe pensão pela morte da mulher.
- 79.** (TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO) Entre as várias situações cobertas pela previdência social, está a concessão do salário-família e do auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados que recebam remuneração até o teto de contribuição do INSS.
- 80.** (FISCAL / INSS) Considerando que um indivíduo se vinculasse ao Regime Geral de Previdência Social no momento de sua contratação como empregado por uma empresa, então não haveria nova filiação desse indivíduo ao mesmo regime, caso viesse a exercer, concomitantemente, outra atividade econômica, na condição de trabalhador autônomo.
- 81.** (FISCAL / INSS) Para os efeitos previdenciários, inscrição de segurado é o ato pelo qual o segurado é cadastrado no Regime Geral de Previdência Social. No caso de segurado empregado, sua inscrição é efetuada diretamente na empresa.
- 82.** (TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO / 2003) É vedada a inscrição de segurado após sua morte, exceto em caso de segurado especial.
- 83.** (ANALISTA PREVIDENCIÁRIO / 2003) A inscrição de dependente na previdência social não pode ser feita antes do requerimento do benefício a que tiver direito.
- 84.** (FISCAL/INSS) O auxílio-reclusão e a aposentadoria por idade de segurado empregado doméstico são benefícios previdenciários que dependem, respectivamente, de período de carência de doze contribuições mensais e de cento e oitenta contribuições mensais.
- 85.** (FISCAL/INSS) Para que o segurado tenha direito a certos benefícios previdenciários, é necessário que tenha pago um determinado número de contribuições mensais, o que se denomina de período de carência.
- 86.** É exigível comprovação do período de carência para concessão de:
- a. Aposentadoria por tempo de contribuição a segurado especial.
 - b. Aposentadoria por invalidez a contribuinte individual acometido de AIDS.
 - c. Salário-maternidade à empregada, exceto a doméstica.
 - d. Pensão por morte ou auxílio-reclusão aos dependentes.
 - e. Auxílio-acidente decorrente de incapacidade extra laborativa.
- 87.** (JUIZ SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) Todos os benefícios previstos dependem de número mínimo de contribuições mensais.
- 88.** (JUIZ SUBSTITUTO DA 5ª REGIÃO) O segurado homem com sessenta e cinco anos e mulher com sessenta anos têm direito à aposentadoria por idade, independentemente de número mínimo de contribuições.
- 89.** (DEFENSOR PÚBLICO DA UNIÃO) Tirso foi inscrito no Regime Geral de Previdência Social em 30.07.2001, por ocasião da celebração do seu primeiro contrato de trabalho, tendo sido providenciada, igualmente, a inscrição de sua esposa na qualidade de dependente. No dia 9 do mês subsequente, contudo, Tirso veio a óbito, vítima de homicídio praticado por um desafeto. Nessa situação, a dependente do segurado falecido não terá direito ao benefício de pensão por morte, em virtude de não haver transcorrido o prazo de carência definido em lei. A dependente faria jus ao benefício, contudo, se o óbito do segurado decorresse de acidente de trabalho.
- 90.** (ANALISTA PREVIDENCIÁRIO/2003) O contribuinte individual pode, desde que provado o exercício da atividade, recolher contribuições relativas a competências anteriores à sua primeira contribuição, que serão computadas inclusive para efeito de carência.
- 91.** (JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO) Assinale a alternativa correta em relação à carência dos seguintes benefícios previdenciários:
- a. A aposentadoria por invalidez e o auxílio-acidente independem de carência.
 - b. O auxílio-acidente e o auxílio-doença independem de carência.

- c. O salário-maternidade para as seguradas empregada, empregada doméstica e trabalhadora avulsa independe de carência.
- d. O auxílio-reclusão possui a carência de 12 (doze) meses.
- e. A aposentadoria por invalidez e auxílio-acidente possuem a carência de 12 (doze) meses.

- 92.** (CESPE / PGE (ES) / Procurador de Estado/ 2008) O servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, com as autarquias, inclusive em regime especial, e com as fundações públicas federais, é segurado obrigatório do RGPS.
- 93.** (CESPE / PGE (ES) / Procurador de Estado/ 2008) O servidor público municipal detentor de cargo efetivo, ainda que não amparado por regime próprio de previdência social, está excluído do RGPS.
- 94.** (CESPE / TCE (ES) / Procurador Especial de Contas / 2009) Segundo previsão constitucional, exceto na hipótese de profissionais da saúde, é vedada a filiação ao RGPS, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- 95.** (FCC / PGE-RR / Procurador de Estado / 2006) De acordo com a legislação previdenciária e respectiva regulamentação são segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social: o empregado, inclusive o doméstico, o trabalhador avulso, o segurado especial e o contribuinte individual.
- 96.** (TRT / 6ª Região (PE) / Juiz / 2010) O associado eleito para cargo de direção, na sociedade cooperativa, é segurado obrigatório do regime geral de previdência social, na condição de contribuinte individual.
- 97.** José é pescador artesanal e desenvolve a sua atividade sozinho, sendo vinculado à Previdência Social na categoria de segurado especial. Nesta situação, se for eleito para a direção do sindicato dos pescadores artesanais da sua cidade, José passará à categoria de contribuinte individual.
- 98.** (TRT / 6ª Região (PE) / Juiz / 2010) O sócio de indústria, na sociedade de capital indústria, é segurado obrigatório do regime geral de previdência social, na condição de contribuinte individual.
- 99.** (TRT / 6ª Região (PE) / Juiz / 2010) Considera-se trabalhador avulso aquele que presta serviços sem vínculo empregatício, de natureza urbana ou rural, a diversas empresas, com ou sem a intermediação de sindicato ou órgão gestor de mão de obra.
- 100.** (TRT / 6ª Região (PE) / Juiz / 2010) João comprou um terreno na praia e resolveu construir a sua casa de veraneio. Para tanto, contratou direta e pessoalmente os trabalhadores para a execução da obra de construção. Nessa situação, em relação aos segurados

que lhe prestam serviços, João é equiparado a uma empresa no que concerne às obrigações previdenciárias previstas na legislação.

GABARITO

- | | |
|-------|--------|
| 1. B | 51. E |
| 2. C | 52. E |
| 3. D | 53. C |
| 4. D | 54. C |
| 5. A | 55. D |
| 6. E | 56. A |
| 7. C | 57. C |
| 8. B | 58. D |
| 9. E | 59. A |
| 10. A | 60. A |
| 11. C | 61. A |
| 12. B | 62. A |
| 13. E | 63. B |
| 14. E | 64. E |
| 15. A | 65. C |
| 16. E | 66. A |
| 17. B | 67. E |
| 18. D | 68. C |
| 19. C | 69. C |
| 20. B | 70. E |
| 21. D | 71. C |
| 22. A | 72. E |
| 23. E | 73. C |
| 24. D | 74. C |
| 25. D | 75. D |
| 26. A | 76. C |
| 27. C | 77. E |
| 28. E | 78. E |
| 29. D | 79. E |
| 30. A | 80. E |
| 31. E | 81. C |
| 32. A | 82. C |
| 33. D | 83. C |
| 34. B | 84. E |
| 35. C | 85. C |
| 36. B | 86. A |
| 37. E | 87. E |
| 38. B | 88. E |
| 39. B | 89. E |
| 40. C | 90. E |
| 41. C | 91. C |
| 42. C | 92. C |
| 43. C | 93. E |
| 44. C | 94. E |
| 45. E | 95. C |
| 46. E | 96. C |
| 47. E | 97. E |
| 48. E | 98. C |
| 49. C | 99. E |
| 50. C | 100. C |